



Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Filosofia-IFILO

ADRISSIANE CHAVES BATISTA

O PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO

Uberlândia

2024

Adriassiane Chaves Batista

O PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em Filosofia pelo Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

Área de concentração: Ciências Humanas

Orientador: Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior

Uberlândia

2024

ADRISSIANE CHAVES BATISTA

O PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior

Profª Dra. Janaína Jácome dos Santos

Prof. Doutorando Rones Aureliano de Sousa

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a mim por acreditar em meu potencial e nunca ter desistido, mesmo diante de todas as dificuldades ao longo de todos esses anos. Para todos que estudaram em escolas públicas e deram seu máximo para permanecerem estudando. E a todos os trabalhadores que fizeram a graduação e trabalharam ao mesmo tempo, só nós sabemos o quanto foi difícil acordar a seis da manhã e não ter horário para dormir. Em especial a todos os heróis que ficaram no meio da jornada e não conseguiram completa-la.

Nossa força e gigante e a educação e transformadora!

AGRADECIMENTOS

A jornada até aqui foi extensa, é essencial reconhecer todos os que estiveram presentes em minha trajetória.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me sustentando por todos esses anos, sem ele nada disso seria possível. Obrigada por todo amor e todas as tempestades.

A minha mãe Francielle Chaves Moreira que sempre foi força e amor, que foi pai e mãe ao mesmo tempo, e sempre me incentivou a estudar, a ser forte e me mostrou que a educação é o caminho. Tudo que eu sou devo a todas as renúncias que fez por mim. Amo sua vida e espero um dia ser um terço da mulher e mãe que a senhora é.

Agradeço ao meu irmão Gabriel Chaves por ser luz em minha vida, sem você meus dias seriam sem graça. Seu sorriso e todo seu amor me fazem melhor.

Agradeço aos técnicos do instituto que prontamente me ajudaram ao longo dessa jornada.

Agradeço também à Universidade Federal de Uberlândia, e todos funcionários que proporcionaram condições necessárias para minha formação.

Agradeço ao mestre, ainda que doutor, José Benedito de Almeida por toda paciência e empenho nas orientações. Sua dedicação e suas aulas nos fazem acreditar que a universidade pode ser uma ambiente acolhedor. Obrigada por todas as orientações, dicas, indicações, palavras e correções elas foram essenciais para a conclusão desse trabalho e da minha graduação sem seu apoio eu teria provavelmente desistido. Posso dizer com toda certeza que o senhor me inspira e, para mim, encarna a figura do que realmente é ser um bom professor e mestre.

Agradeço a todos os professores que passaram em minha vida e me mostraram o potencial que as vezes eu não via e vocês enxergaram em mim.

Aos queridos docentes do Instituto de Filosofia que tanto compartilharam conhecimento e saber, nossa caminhada é resistência dentro da Universidade e em nosso País, obrigada por lutarem pelo nosso espaço.

Agradeço aos meus amigos por sempre me ouvirem e me apoiarem em todas as ocasiões ter vocês fazem essa caminhada melhor.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o preconceito racial nos anos iniciais do ensino fundamental, direcionado especialmente ao preconceito contra os afro-brasileiros, analisando as medidas educacionais mediante o preconceito racial e as medidas educacionais relacionadas a esse quadro. Considerando a influência que o preconceito racial tem sobre as crianças na vida escolar. Trazendo a obra de Frantz Fanon que é uma análise profunda do racismo e suas implicações psicológicas e sociais. Fanon, explora como a experiência colonial afeta a identidade dos indivíduos racializados. Buscando embasamento em pesquisas bibliográficas e documentos. Realizando ainda uma pesquisa de campo na rede pública de Uberlândia, sendo uma Escola Municipal de Educação Infantil, outra Municipal de Ensino Fundamental e por fim, uma Escola de Ensino Fundamental da Rede Estadual, na qual se utilizou de entrevista semiestruturada. Observando que o papel do professor é importante para esclarecimento e extinção de tais preconceitos, que há leis que buscam a igualdade racial, constatando também que, infelizmente, ainda existe o preconceito racial, houve uma grande progressão, mas não podemos esquecer que ainda há um grande caminho a percorrer.

Palavras-chave: Preconceito racial. Afro-brasileiros. Igualdade racial. Educação

ABSTRACT

The present work aims to analyze racial prejudice in the early years of elementary school, especially aimed at prejudice against Afro-Brazilians, analyzing educational measures based on racial prejudice and educational measures related to this situation. Considering the influence that racial prejudice has on children in school life. Bringing the work of Frantz Fanon, which is a deep analysis of racism and its psychological and social implications. Fanon, explores how the colonial experience affects the identity of racialized individuals. Seeking basis in bibliographical research and documents. Also carrying out field research in the public network of Uberlândia, being a Municipal Early Childhood Education School, another Municipal Elementary School and finally, a State Elementary School, in which semi-structured interviews were used. Noting that the role of the teacher is important for clarifying and extinguishing such prejudices, that there are laws that seek racial equality, also noting that, unfortunately, racial prejudice still exists, there has been a great progression, but we cannot forget that there is still a big way to go.

Keywords: Racial prejudice. Afro-Brazilians. Racial equality. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - ANÁLISE DAS MEDIDAS EDUCACIONAIS SOBRE O PRECONCEITO RACIAL	12
CAPÍTULO II - COMPREENDER COMO O PRECONCEITO RACIAL PODE INTERFERIR NA VIDA ESCOLAR DE CRIANÇAS AFRO-BRASILEIRAS	21
CAPÍTULO III - NO ÂMBITO ESCOLAR, AS AÇÕES DO PROFESSOR QUE EVITAM A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	49

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país miscigenado, com um povo sem igual, onde o encontro de várias etnias se faz presente e encanta o mundo com sua beleza ímpar. Mas, apesar dessa beleza encontrada em pessoas tão singulares, o nosso país não se isenta de preconceito. Infelizmente, este mal ainda está enraizado em nossa sociedade e na maioria das vezes é um preconceito velado, onde quem o sofre se encontra em uma situação na qual não sabe que atitude tomar.

Sendo assim, foi definido como tema desse trabalho de conclusão de curso - TCC: O Preconceito Racial na Educação, lembrando que o foco deste trabalho é a discriminação contra os negros. Mediante o tema, o problema de estudo sintetiza-se nas seguintes questões: De que forma o preconceito racial pode interferir na vida escolar de uma criança? Quais ações o professor está realizando no âmbito escolar mediante o preconceito contra o negro? Qual o papel da educação diante desta questão? O preconceito racial realmente existe, em um âmbito escolar?

A partir dessas questões foram definidos os seguintes objetivos para o desenvolvimento da presente tese: Analisar o papel dos profissionais da área da educação mediante o preconceito racial para evidenciar de que forma essa prática pode interferir na vida de um aluno e o que o profissional está fazendo para mudar tal situação.

Especificamente pretende-se também analisar o papel da educação diante do preconceito racial sobre os afro-brasileiros; compreender de que forma o preconceito racial pode interferir na vida escolar de uma criança afro-brasileira; identificar como o professor pode evitar a discriminação racial, e o preconceito, no contexto escolar, em relação aos afro-brasileiros e ainda identificar a presença do preconceito racial em relação aos afro-brasileiros na sala de aula nos dias atuais.

Como procedimento metodológico será utilizado o método qualitativo, como André (1995, p. 17) afirma: “em oposição a uma visão empirista de ciência, busca a interpretação em lugar de mensuração, a descoberta em lugar constatação, valoriza a indução e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornam-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador”.

Dentro da pesquisa qualitativa o foco se dará na questão fenomenológica, onde se enfatiza os aspectos subjetivos do comportamento humano e preconiza que é preciso penetrar no universo conceitual dos sujeitos para poder entender como e que tipo de sentido eles dão aos acontecimentos e as interações sociais que ocorrem em sua vida diária (ANDRÉ, 1995, p. 18). E, para complementar, a etnografia, que lida com a cultura, o cotidiano, o dia-a-dia.

Assim, será utilizada também pesquisa bibliográfica, que para Cervo e Bervian (2007 p. 60): “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”.

Para a pesquisa documental será explorado o estudo do Estatuto de Igualdade Racial. A pesquisa qualitativa utilizará de entrevistas semiestruturada e fotos, que serão realizadas em uma Escola Municipal de Educação Básica Uberlândia, em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental - Anos iniciais, e em uma Escola Estadual de Ensino Básico e Médio, todas as escolas são da rede pública de Uberlândia, Minas Gerais, situadas no Bairro Tocantins no ano de 2023.

A entrevista utilizará um roteiro semiestruturado o qual será aplicado entre professores, diretores, supervisores, enfim, profissionais da educação que se preferirem poderão responder por escrito. Mas, saliento ainda que este instrumento poderá ser realizado e outras instituições a fim de ampliar a pesquisa.

Sendo assim, a estrutura desta tese consta de três capítulos distribuídos da seguinte forma: Primeiro capítulo, **“Análise das medidas educacionais sobre o preconceito racial”**, onde abordaremos rapidamente a história do negro, como ele veio para o Brasil, à escravidão, suas lutas após a abolição, a exclusão ao direito a educação, e analisaremos formas que estão sendo utilizadas como medidas para evitar tal comportamento, em leis como a 10.639/2003, projetos e pesquisas textuais. Além de abordar a teoria do Filósofo Frantz Fanon que traz a questão do colonialismo em seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Ele analisa como o racismo internalizado afeta a autoestima dos negros, levando-os a adotar "máscaras brancas" para serem aceitos pela sociedade branca e como essa temática é aplicada a educação.

No segundo capítulo, **“Compreender como o preconceito racial pode interferir na vida escolar de crianças afro-brasileiras”**, apresentamos a pesquisa de campo realizada com profissionais da educação, a fim de investigar questões como o conhecimento da lei 10.639/2003, se de alguma forma esses profissionais já presenciaram a discriminação racial e qual foi a sua atitude, a historicidade da exclusão dos negros à educação até os dias atuais, o que se apresentará também em gráficos para melhor ilustrar os dados colhidos.

Já no terceiro capítulo, **“No âmbito escolar, as ações do professor que evitam a discriminação racial”**, discorreremos sobre a prática de alguns professores na sala de aula, quais suas atitudes, o que estão fazendo para abordar essa temática, apontaremos ações baseadas em pesquisas textuais para melhor ilustrar formas em que o professor poderá trabalhar essa temática, pesquisa de campo, a fim de colher dados e fotos para registrar essa prática nas escolas.

Nas considerações finais faremos uma recapitulação do que foi discutido, mostrando assim a evolução e as conquistas adquiridas pelos afro-brasileiros no âmbito escolar, apresentar como os profissionais estão se portando em relação a essa temática. Esperamos que essa discussão contribua para uma reflexão sobre os assuntos aqui abordados, em especial a preparação dos profissionais da educação para tal assunto.

CAPÍTULO I - ANÁLISE DAS MEDIDAS EDUCACIONAIS SOBRE O PRECONCEITO RACIAL

Tendo como objetivo identificar e pesquisar o preconceito racial na educação, apontando se realmente ainda há esse tipo de preconceito e o que os profissionais estão realizando para combater esse comportamento. Vamos primeiramente tecer uma abordagem teórica sobre o tema.

O termo preconceito racial se refere a uma ideia pré-concebida sobre uma determinada raça ou várias, onde se atinge negros, amarelos, vermelhos, entre outras. Mas, nessa monografia, o foco será o preconceito racial contra o negro, que parece não existir no Brasil, já que uma de nossas matrizes é exatamente o negro, além da imensa miscigenação existente no nosso país.

Antes de entrar no título propriamente, faço necessário algumas informações pertinentes à história da escravidão no Brasil, para compreender a situação do negro no contexto atual da educação. Conhecemos, ou pensamos conhecer a trajetória dos Africanos até a chegada ao nosso país, ou seja, desde a colonização onde a mão de obra a princípio era indígena e que logo se tornou totalmente negra. Sabemos de seus flagelos e sofrimentos, onde eles foram arrancados de sua pátria mãe e trazidos a um continente totalmente desconhecido a eles, seu idioma, costumes e valores. Assim, usurpados de sua liberdade, ajudaram a construir um país, e a construção dessa etnia, sem dúvida alguma, foi fundamental para o crescimento de uma terra desconhecida e extensa, onde faltava mão de obra, material humano para povoar essas terras.

O desconhecimento e a ignorância nos levam a crer que os negros trazidos da África para o Brasil, eram pessoas desprovidas de conhecimentos, cultura, mas a verdade é que a escravidão sempre existiu, com outros moldes. Na antiguidade, os escravos não eram apenas os negros, mas também brancos. Alguns com instrução, ou seja, pessoas diversas, tanto na etnia como cultural. Mas, aproximadamente no século XV, os europeus, conhecendo novas rotas como Senegal, Marrocos, Deserto do Saara, e com a ampliação do mercantilismo, a África tornou-se muito cobiçada pelos europeus, onde eles haviam descoberto grandes tesouros como ouro, cobre os produtos agrícolas, e as “peças”, assim como eram chamados os negros, com grande valor, não somente para trabalho braçal, mas também grandes conhecimentos, assim como Fonseca (2008, p30) cita:

O conhecimento tecnológico estava presente em diversos ambientes culturais e sociais da África antiga. O saber médico, sanitário, os cálculos matemáticos e o universo astronômico era, em graus diferenciados, parte deste continente. A medicina egípcia, por exemplo, tinha seu conhecimento a partir dos experimentos e estudos voltados para o interior do organismo humano, elaborado em função da prática da mumificação,

do embalsamento do corpo dos faraós e de pessoas influentes desta sociedade.

Assim, a cobiça dos europeus cresceu de tal forma que era lucrativo escravizar os africanos, que posteriormente eram trocados por mercadorias como cavalos, armas, pólvora. Além dessa questão econômica, havia também a questão religiosa, tais escravos eram considerados pagãos. Alencastro (2000, p 53) mostra esse pensamento quando o padre Antônio Vieira interpreta o tráfico negreiro como um “grande milagre” de Nossa Senhora do Rosário: “extraídos da África pagã, os negros podiam ser salvos para Cristo no Brasil católico”. A imposição de uma vida diferente, de uma religião, ganha força com documentos que foram escritos e oficializados por integrantes da igreja como padres, bispos e papas.

Os africanos chegaram ao Brasil devido à necessidade dos portugueses de mão de obra, para plantio de cana-de-açúcar, trabalhos braçais de forma geral para os senhores de engenho, não se esquecendo de mencionar, a lucratividade que o tráfico de pessoas oferecia. É importante salientar como os africanos eram dotados de conhecimentos como na agricultura, medicina, extração mineral, além das capacidades físicas e mentais, os traficantes não traziam velhos, crianças e mulheres grávidas, já que o maior intuito era o lucro, e esses citados não correspondiam a essa expectativa.

Em um país desconhecido, os escravizados passaram grandes flagelos nas senzalas e nos troncos, açoitados pelo poder e pela chibata de seus senhores, pelo preconceito racial sofrido, onde ser negro era sinônimo de inferioridade, de incapacidade, era simplesmente julgado, não por suas virtudes, sua capacidade, sua competência, mas sim pela cor de sua pele. Era como se fosse uma marca, onde quem era de pele escura já tinha o destino determinado.

Depois de séculos de escravidão, em 13 de Maio de 1888, foi sancionada a Lei Áurea que tinha por finalidade libertar todos os escravos, a maioria das pessoas, acreditavam que essa lei foi à quebra dos grilhões e libertação total dos negros, deixando-os livres para reconstruir a sua vida. Ledo engano, em seguida vem à teoria do branqueamento, o foco era o de trazer europeus para o Brasil com o propósito de submeter os negros a condições subumanas, sem moradia, trabalho, comida, e educação, os levariam assim a extinção dos afro-brasileiros, permanecendo apenas os brancos, como Paula (2008 p18). nos descreve:

No processo de implantação das políticas abolicionistas no século XIX, surge à teoria do branqueamento. Acreditava-se que promovendo com o apoio do estado a migração europeia de brancos submetendo os negros a condições de vida sub-humana, sem emprego, sem moradia e sem comida, gradativamente estes morreriam e haveria um processo induzido de branqueamento da população brasileira. A recém-criada elite nacional não governaria um país formado em sua maioria por negros.

Mas, e hoje, pleno século XXI, como os negros são vistos e tratados pela sociedade brasileira? Ainda existe preconceito racial contra essa etnia? Infelizmente o preconceito racial é mais constante do que imaginamos. Então, o que fazer? Qual a solução? É fato que a educação tem um papel importantíssimo, já que é através do conhecimento que a humanidade progride.

Segundo o IBGE no censo de 2022, atualmente os negros e pardos representam 45,3% da população brasileira. Este índice torna o Brasil o país não africano com maior população negra do mundo e o segundo maior, se considerarmos todo o globo terrestre, perdendo somente para a Nigéria. Então, o porquê desse preconceito? A criança não nasce com preconceito, ela adquire através de suas experiências com os adultos que, infelizmente, transmitem esse tipo de ideia errônea.

Acreditamos que essa monografia possa vir a esclarecer sobre esse assunto, que apesar de parecer resolvido, já que moramos em um país miscigenado e aparentemente livre de preconceito, ainda existe. O foco é a educação, desmistificar que a cor da pele possa vir a influenciar o caráter de uma pessoa, ou seja, mostrar que independente da cor da pele, somos seres humanos, com capacidades, desejos, defeitos, buscando apenas ser respeitado.

Como já foi dito anteriormente, o foco dessa monografia é o preconceito racial referente aos afro-brasileiros, onde ao refletir fica claro que a escravidão acabou, mas ainda há formas de aprisionar pessoas e uma delas é o preconceito racial, visto que as marcas deixadas por esse tipo de comportamento são altamente prejudiciais a quem é vítima, assim deixando feridas impossíveis de serem fechadas.

Para esclarecer que essa questão de raça é coisa do passado, cientistas afirmam que a necessidade de sobrevivência em diferentes continentes é que fez com que a cor da pele se tornasse mais clara ou não, e não essa ideia errada e desumana de que ser negro é ser inferior, onde ser negro é sentença de menos capacidade, para esclarecer esses questionamentos, e mostrar que o preconceito racial ainda existe como demonstra o relato da professora da educação infantil, G.S., onde relata um fato que aconteceu em sua sala de aula:

M.C., uma criança negra de quatro anos e meio iniciou no C.E.I. Tia Lia no mês de agosto de 2010, na sala do 1º período. Observei que as crianças não tinha interação com os demais, ficava sempre isolada nos cantos, não gostava de participar das atividades propostas. Passei a buscar o porquê das atitudes da garota. Sempre tirava um tempo para conversar, mas M. resistia e se trancava. (G.S. 2010, p. 01).

Fica claro, nesse trecho da entrevista, que fatos como esse ainda acontecem que pessoas são julgadas não pelo seu caráter ou pela sua personalidade, mas pela cor da sua pele, e é

necessário, portanto, a intervenção de alguém para que o aluno não se sinta excluído. No caso deste trabalho, na sala de aula, deverá ser o professor a se posicionar e interferir em uma situação como essa. Sabemos, então, que isso acontece, mas como o professor deve agir, o que ele deve fazer em uma situação como essa? Qual deverá ser seu posicionamento? A professora teve um posicionamento interessante e adequado para a situação:

Resolvi na roda de conversa, apresentar novamente a menina para a sala; foi então que percebi risos, caras e bocas (rejeição), e ouvi alguém comentando com outro coleguinha: “ela é preta, feia e fedida; e nós não gostamos dela”. Era preciso urgência. Coloquei em prática atividades permanentes para tentar amenizar preconceitos, rótulos, discriminação; porque desde muito cedo, as crianças entram em contatos com de igualdade, instrumentos musicais de diversas culturais (tambor, pandeiro, pianinho...), esses discursos negativos. Para que eles aprendessem a lidar com a diferença seria necessário familiarizar com a diversidade. Procurei trabalhar o tema de maneira bem natural, usando materiais didáticos que valorizassem as diferentes raças e que estimulassem o respeito à diversidade: meninos e meninas em posição bonecas de panos diversificados – eu mesma confeccionei (negro-branca). (G.S. 2010, p01).

O comportamento de G.S., a professora de educação infantil, foi pertinente à situação. Ela não fez “vista grossa”, se preocupou com o que estava acontecendo com a aluna M.C.e fez realmente o papel de educadora, que é o de educar e ensinar a respeitar o próximo. Primeiramente é necessário conhecer parte a lei que determina a igualdade racial, a Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010: (Estatuto da Igualdade Racial,2010,p 07)

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº7.716, de 5 de Janeiro de 1989,9. 029, de 13de abril de 1995,7. 347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Art. 1º Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Lei nº10.639, de 9 de Janeiro de 2003 (DOU nº8, 10/1/2002, Seção 1, p.1), que altera a Lei nº9.394, de 20 de Dezembro de 1996(LDB), para tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. A Lei dispõe que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente a História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. Estabelece ainda, o dia 20 de Novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

O objetivo dessa Lei é mostrar que todos são iguais, independente da cor da pele. É preciso trazer conhecimento para que possamos reconhecer todos como cidadãos, com direitos e deveres e, assim, respeitar a todos, demonstrando o quanto os africanos e os afro-brasileiros contribuíram e ainda contribuem para o crescimento do nosso país. Em sala de aula, essa Lei veio para mostrar a cultura dos negros, sua realidade, sua vida, ou seja, veio para afirmar que o negro foi importante em nossa sociedade que, como qualquer outra pessoa, é um cidadão comum, e como tal, deve ser respeitado.

A escola é uma instituição socialmente responsável, não só pela transmissão dos conteúdos programáticos, mas também por desenvolver cada indivíduo criticamente, tendo como objetivo inserir os futuros cidadãos, conscientes de que essa sociedade em que está inserido é totalmente plural. É fato que até pouco tempo a escola era “elitista e formadora da classe branca”. Hoje, se o próprio governo se preocupa em trabalhar essas questões no currículo escolar, ele assume, então, que há esse preconceito, e que algo deve ser feito. A escola deve promover igualmente oportunidades para seus alunos, independente da sua cor.

Os educadores devem fazer o mesmo, acreditar no potencial de cada aluno que está em sala de aula, fazer com que se sintam capazes. O professor tem enorme importância nesse contexto, mas além desse profissional, é necessário material adequado, onde se possa trabalhar para a desmistificação e desconstrução do pré-conceito antecipado e mal elaborado sobre o negro. Assim como o MEC (2006, p234) cita o que se pode fazer para obter sucesso no combate e esclarecimento ao preconceito racial contra os afro-brasileiros:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais, afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras. Todos os alunos negros e não-negros, bem como seus professores precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam a escola.

Uma das questões apontadas é a das relações étnico-racial que não se limita somente aos muros da escola, a família é uma das instituições onde a criança tem seu primeiro contato, suas primeiras informações e orientações, é importante a orientação não somente na escola, é verdade que pressupomos que a instituição escolar é um local onde existem pessoas mais preparadas para instruir e direcionar uma criança, mas é necessário “contaminar” e andar junto com a família,

assim, unir escola com a família certamente é uma medida educacional eficaz, já que ambas tem uma preocupação em comum, a formação da criança.

Outra medida educacional que Silva Jr (2001, p53-54), aponta a seguir, descreve uma relação de características de uma educação antirracista, onde o professor e a escola devem adotar como medidas:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca, permanentemente, uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negras e brancas, sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos os alunos.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuem para a eliminação do “eurocentrismo” dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de “assuntos negros”.
7. Pensar meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitam o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas pertencem a grupos discriminados.

O preconceito racial deve ser combatido da escola para a sociedade e da sociedade para a escola, onde ambas devem estar articuladas para atingir esse objetivo. É necessário que a escola mostre o valor de cada cultura, de cada raça, e frise que não há etnias ou cultura superior ou inferior, simplesmente existem costumes e modos de viver diferentes, o Brasil deve isso aos negros, impedidos de ter acesso à educação, os brancos frequentaram as escolas, assim elitizando a educação brasileira, excluindo os negros e os impedindo de ter oportunidades iguais.

Mudar mentalidades e superar o preconceito, questões que envolvem lidar com valores e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. Porém, a escola tem um papel crucial neste contexto, já que é um espaço onde as crianças de diferentes etnias, com culturas e modos de viver diferentes podem conviver e, juntas, aprender a se respeitar.

Mas, é inválido pensarmos em qualquer transformação na escola sem uma mudança na formação do professor. Para os futuros educadores, é necessário ter a consciência de que irão ajudar a formar cidadãos. Devido a essa responsabilidade, é importante ter o devido preparo, de um modo geral, mas também na questão do preconceito racial, como já foi dito, pode deixar marcas e prejudicar a vida de uma pessoa, o Parecer CNE/CP 3/2004 traz alguns pontos importantes na formação do professor MEC (2006, p. 124):

- Elaborar uma pedagogia anti-racista e antidiscriminatória e construir estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como posicionar-se formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação;
- Responsabilizar-se pela elaboração, execução e avaliação dos cursos e programas que oferece, assim como de seu projeto institucional, projetos pedagógicos dos cursos e planos de ensino articulados à temática étnico-racial;
- Capacitar os (as) profissionais da educação para, em seu fazer pedagógico, construir novas relações étnico-raciais; reconhecer e alterar atitudes racistas em qualquer veículo didático-pedagógico; lidar positivamente com a diversidade étnico-racial;
- Capacitar os(as) profissionais da educação a incluírem História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares, assim como novos conteúdos, procedimentos, condições de aprendizagem e objetivos que repensem as relações étnico-raciais;
- Construir, identificar, publicar e destruir material didático e bibliográfico sobre as questões relativas aos objetivos anteriores;
- Incluir as competências anteriormente apontadas nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente, e articular cada uma delas à pesquisa e à extensão, de acordo com as características das IES.

O preconceito racial ainda acomete a população brasileira, mas infelizmente é um preconceito velado, onde as pessoas não admitem ter esse preconceito, mas através de piadas de mau gosto, cenas em novelas, onde o negro sempre faz papel escravo, empregado, jamais é visto como alguém da classe A, ou até mesmo um trabalhador que luta pelos seus direitos e estuda. Nos livros didáticos, essa desvalorização ainda continua. A história não conta realmente os fatos, apenas relatam trechos em que o negro é mostrado, ainda como escravos, e não construtores de uma nação, trabalhadores que contribuíram com seus conhecimentos. A criança deve ter referenciais para elaborar sua identidade, é fato que a criança negra tem poucos referenciais a serem seguidos, como exemplo os brinquedos oferecidos a elas são brinquedos fabricados para os brancos. Em relação às bonecas, por exemplo, são poucos os fabricantes que tem essa preocupação ou percepção de elaborar uma boneca negra, pois esse público é enorme, mas ao contrário, as bonecas apresentam um estereótipo branco, com traços exclusivos “europeus”.

Mas, a luta dos negros pela inclusão, os levou a buscar meios em que eles pudessem ter acesso à educação, fatos que muitos desconhecem, apesar da exclusão que o nosso país os impuseram, eles se organizaram e lutaram por conhecimentos acadêmicos, assim como os brancos tinham livre acesso. Tal fato é desconhecido pela maioria, mas na citação de Coleção Educação Para Todos do MEC (2005, p28) fica claro essa luta:

...Alguns trabalhos levantaram informações sobre o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeiro colégio feminino fundado em Campinas, no ano de 1860, e o Colégio São Benedito, criado em Campinas, em 1902, para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade, ou aulas públicas oferecidas pela irmandade de São Benedito até 1821, em São Luís do Maranhão. Há também registro de uma

escola criada pelo negro Cosme, no Quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela, em Chapadinha, no Estado do Maranhão, para o ensino da leitura e escrita para os escravos aquilombados. Negro Cosme foi um quilombola que se destacou como um dos líderes da Guerra dos Balaíos, no Estado do Maranhão, entre 1838 e 1841. Sobre a escola Quilombo Fazenda Lagoa-Amarela, fomos informados no Arquivo Público do Estado do Maranhão de que há precária existência de fontes sobre o assunto, uma vez que esse quilombo teve existência limitada a dois anos, sendo posteriormente dizimados todos os seus habitantes, em decorrência da Guerra dos Balaíos. Sua referência documental é expressa em uma comunicação nos altos do processo desencadeado no período contra líder dos balaíos. Contudo, esse fato por si permite que possamos inferir que mesmo durante o Império já era comum à preocupação dos negros em apropriarem-se dos saberes na forma escolar.

Nesse primeiro capítulo, percebemos que existem medidas educacionais para combater o preconceito racial referente aos afro-brasileiros, mas é fato importantíssimo prepararmos os profissionais da educação para lidar com essa situação e fazer valer o seu papel, o de educador, desmistificando o preconceito e preparando verdadeiros cidadãos, críticos para disseminar a verdade de igualdade acima de qualquer estereótipo criado por pessoas preconceituosas.

É necessário buscar, levar novas medidas educacionais para dentro da sala de aula, para que a criança afro-brasileira tenha condições de igualdade em relação às demais crianças, segundo alguns autores e várias pesquisas, as crianças negras infelizmente sofrem preconceito racial, na sociedade, na escola e isso é extremamente prejudicial ao desempenho educacional da criança Cavalleiro (2008, p53) exemplifica bem situações que ela presenciou em suas pesquisas:

No parque, aproximo-me de um grupo que brinca. De repente, inicia-se um tumulto. Shirley (negra) chega perto de Fábio (branco), o xinga de “besta”, e ele revida. Letícia (branca) passa a participar da discussão, com vários xingamentos. Letícia e Catarina (negra), até então brincando juntas, principiam a se xingar também. Catarina diz a Letícia: “Fedorenta”, e esta responde: “Fedorenta é você”. Catarina, então, diz: “É você, tá!” Letícia responde: “Eu não, eu sou branca, você é que é preta!” Catarina fica paralisada e não diz nada. Até então virada de frente para Letícia, dá-lhes as costas e começa a xingar Fábio. Catarina segundos depois desfere-lhe um golpe na cabeça. O menino chora. A professora, percebendo a confusão, se aproxima do grupo e adverte a menina Catarina, que mais uma vez ouve tudo calada.

Nessa citação fica claro que a criança negra revive a história de seus antepassados, onde o silêncio e o desrespeito prevalecem impotentes diante o preconceito, a criança sofre em calada, a professora não interfere na situação, e tudo continua como está. Uma criança que sofre esse tipo de preconceito na escola poderá ter uma ter um rendimento escolar considerável? O aluno que sofre essa pressão racista não consegue ter um desempenho razoável, o que acarreta em um estigma, o que o negro é inferior, é incapaz de aprender como seu coleguinha, é incapaz de realizar algo que não seja serviço braçal. Uma grande constante é o silêncio, da família, da escola, do professor, como foi possível ver na citação de Eliana Cavalleiro, o silêncio da professora abriga todas as angústias, medos e incertezas da aluna que sofreu o preconceito, uma professora que não

busca eliminar esse tipo de comportamento dos seus alunos leva a destruição de sonhos, vidas. Essa aluna que sofre calada se tornará uma pessoa incapaz de se defender, opinar sobre algo, ser de fato uma cidadã crítica que luta por seus direitos.

Fanon utiliza a psicanálise para explicar os sentimentos de dependência e inadequação que os negros experimentam devido ao racismo internalizado. Ele descreve como os negros adotam "máscaras brancas" para serem aceitos pela sociedade branca, resultando em alienação e perda de identidade.

O autor examina como o racismo contra os negros é negado na França, destacando as complexidades dessa negação no qual a segregação racial impede o acesso igualitário aos recursos básicos. Ele critica as formas pelas quais a identidade negra é construída sob a opressão colonial.

A obra de Fanon continua relevante no século 21. Intelectuais contemporâneos como Cornel West destacam sua genialidade teórica, arte literária e coragem política. Suas ideias inspiram movimentos antirracistas modernos e debates sobre justiça social. No qual oferece uma análise profunda das dinâmicas coloniais e suas consequências duradouras. Sua teoria combina insights psicológicos com críticas sociais para promover uma compreensão mais ampla da opressão racial e cultural.

Ele descreve como os negros são levados a se verem através dos olhos dos colonizadores, resultando em alienação e perda de identidade. Fanon discute o conceito de alienação racial, onde os indivíduos negros sentem-se desconectados da sua própria cultura devido à imposição da cultura branca dominante.

A psicologia do colonizado pode ser observada na forma como estereótipos raciais afetam negativamente a autoestima e as oportunidades econômicas das pessoas negras, além de afetarem a educação recebida por esses indivíduos.

A práxis política enfatiza a importância da consciência social na luta contra o racismo. Ele defende que apenas através da conscientização coletiva é possível alcançar mudanças significativas. Movimentos educacionais antirracistas buscam aumentar essa consciência social entre todas as comunidades.

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, o autor descreve uma "zona de não-ser," onde ocorre um ressurgimento autêntico. Esta ideia pode ser usada para ajudar estudantes a compreenderem como o racismo internalizado afeta sua identidade. O professor pode desenvolver discussões em sala de aula sobre como estereótipos raciais impactam a autoestima podem ser baseadas nas teorias de Fanon e integrar textos e discussões sobre descolonização pode ajudar os alunos a entenderem as estruturas opressivas históricas e contemporâneas. Incluir obras como *Os Condenados da Terra* no currículo pode proporcionar aos alunos uma visão crítica das lutas anticoloniais.

Sua obra também dialoga com outros pensadores importantes, como Paulo Freire. Ambos enfatizam a importância da conscientização política na educação.

Outro problema constante é o mito da democracia racial, esse termo é usado para definir uma situação, ou seja, no Brasil não existi preconceito racial, realmente é um mito, utilizam-se desse termo para “camuflarem” a situação existente no Brasil. É fácil verificar a fragilidade dessa questão, uma delas foi a do branqueamento, já citado anteriormente nesse capítulo, onde logo após a abolição da escravidão os governantes e donos de fazenda acreditavam que o melhor a se fazer era deixar os negros, ex-escravos à míngua, sem moradia, trabalho, ou qualquer outro direito, que de fato os levassem a extinção, então, os europeus que tiveram direito de entrar no país, sem qualquer empecilho, prevaleceriam sobre os negros que com tais condições chegariam à extinção. Outra questão é o auto índice que apontam as desigualdades raciais existentes no Brasil, pesquisas sérias apontam e comprova que o negro está em desvantagem em relação aos brancos em vários aspectos como acesso a educação, infraestrutura, mercado de trabalho e distribuição de renda. Sendo assim, abordaremos no segundo capítulo de que forma o preconceito racial pode interferir na vida escolar dos afro-brasileiros, onde discutiremos questões que são prejudiciais à evolução do aluno.

CAPÍTULO II - COMPREENDER COMO O PRECONCEITO RACIAL PODE INTERFERIR NA VIDA ESCOLAR DE CRIANÇAS AFRO-BRASILEIRAS

No primeiro capítulo foi abordada rapidamente a história do negro no Brasil, isso foi importante para entendermos como funcionava a temática da educação na vida dos afro-brasileiros, e também o fato de o direito a educação ou qualquer outro direito básico para a formação de uma pessoa, o que foi totalmente negada e roubada dos negros. Em uma sociedade dominada pelos donos de escravos, não diferente do restante, as crianças negras eram maltratadas e não eram vistas como crianças, mas sim como um objeto destinado apenas a lhe dar lucros. Neste segundo capítulo pretende-se compreender como o preconceito racial pode interferir na vida escolar de crianças afro-brasileiras. A pesquisa realizada evidenciou que não haviam escolas

dirigidas aos negros, apenas algumas instituições que no período escravista eram dirigidas por religiosos, sendo que o objetivo dessas instituições não era o de educar, já que a grande maioria das crianças eram pobres e negras. Algumas escravas utilizavam dessas instituições na esperança de libertar seus filhos da escravidão, uma delas era muito conhecida, como a Casa dos Expostos, mas os coronéis também as utilizavam no intuito de esconder seus filhos de relacionamentos com escravas. A educação que as crianças negras recebiam era através dos castigos que muitas vezes as levavam a morte por trabalhos forçados que exigiam muito de seus pequenos corpos fragilizados e castigados.

O exemplo da negação a educação aos afro-brasileiros foi a Lei N° 2040 de 28.09.1871- Lei Do Ventre Livre (Brasil, 1871, p01) que determinava que filhos de escravas nascidos a partir da lei deveriam ser libertos. De acordo com essa lei os negros libertos deveriam ficar sobre custódia de seus senhores até completarem 21 anos de idade, depois poderiam ficar livres:

Art. 1.º – Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre. § 1.º – Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

Apesar de a lei existir e dos filhos de escravas terem o direito, não foi isso o que aconteceu, os senhores de escravos mantinham as crianças na lida da mesma forma até completarem 21 anos de idade, depois da maioridade a situação não mudava, já que os ditos “libertos” pela Lei do Ventre Livre não tinham nenhuma condição para serem independentes e seguir suas vidas sozinhos, visto que durante o período em que eram tutelados pelos seus donos não havia nenhum preparo para seguirem independentes. Na verdade alguns negros tinham o “privilegio” de serem escravos nas fazendas de padres jesuítas, o que lhes davam o direito de aprender o catecismo, para elevar a alma e a moral, assim, mais uma vez eles não tinham o direito de escolherem a própria religião, o que na verdade não era considerada religião, sendo obrigados a receber o cristianismo como verdade única, estratégia utilizada para dominar os negros, pois a partir do momento em que eles acreditassem no Deus dos senhores de escravos, a conformidade com a própria situação era mais aceitável, tornando-se como os donos queriam, pessoas dominadas, pacíficas, sem direito a qualquer benefício.

A Lei 2040 - Lei Do Ventre Livre isentava os senhores de qualquer responsabilidade educacional para com os filhos de escravas, passando a responsabilidade para o governo, visto que apenas as crianças entregues ao governo mediante indenização aos seus proprietários.

Mas como Gonçalves e Silva (2000, p 137) nos relata, “essa política em nada resultou, os documentos e os estudos nos mostram que os proprietários de escravos não entregaram as crianças ao Estado, tampouco as educaram”. Ele ainda afirma que o Estado assistiu passivamente o não cumprimento da lei, mas uma vez excluindo os negros do processo de educação, deixando-os com a mesma escolarização que eles já tinham a do chicote.

Com esse cenário, alguns fazendeiros acharam mais lucrativos abandonarem as crianças negras na Casa dos Expostos, casa essa mencionada anteriormente que funcionava como instituição que cuidava de crianças abandonadas e órfãs, e os donos de escravos visando apenas o lucro faziam das mães escravas, suas mães amas de leite que eram alugadas para mães brancas que pagavam bem, claro que para os donos e não para elas. A questão é os donos de escravos visando apenas o lucro, preferiram manter as crianças como tuteladas, o que na verdade não mudava a condição de escravos, ou as abandonarem em instituições.

Ribeiro (2009, p35) explicita a questão da luta dos afro-brasileiros por educação e a negação por parte da maioria:

Abertas as senzalas, não era mais possível para o negro reconstruir um saber pautado em sua língua e cultura e origem. Portanto, foi necessário, para consolidar sua cidadania, a apropriação formal do saber do branco, o que só era possível através da escola, que lhe foi negada. Os escritores que tratavam das questões da educação no período após a libertação não deram importância a presença dos negros que, livres, buscavam também se escolarizar. Não lhes foi criada qualquer condição para que pudessem integrar-se ao sistema educacional; ao contrário, temos indícios que nos levam a acreditar que houve, sim, uma continuidade do processo anterior, pois “diversos professores recusavam-se a matricular em suas escolas crianças de cor preta”.

Quando saímos do século XIX e vamos para o século XXI, percebemos que o abandono e o descaso com a população afro-brasileira continuam vivos. Segundo alguns autores, durante o período escravocrata e depois da abolição da escravatura, crianças se mantinham distantes dos bancos escolares para trabalharem para se manterem a ajudar no sustento familiar, o fato é que os negros quando tiveram a oportunidade de serem alfabetizados foram já na fase adulta.

Com a falta do Estado, ou seja, a não oferta a educação, os negros eram alfabetizados pelos movimentos negros que surgiram da necessidade da união para lutarem por seus direitos, o fato é que os movimentos negros foram importantes na escolarização dos afro-brasileiros, visto que eles contavam apenas com os seus pares, que buscavam o mesmo objetivo. Vimos que o preconceito

racial sempre esteve presente na vida dos afro-brasileiros e de várias formas impedindo a classe de buscar os seus direitos, principalmente o direito a educação.

Para tal compreensão foi necessário utilizar de um instrumento muito importante, a pesquisa de campo, a qual foi realizada em três escolas, sendo duas municipais e uma estadual, todas situadas no Bairro Tocantins, região oeste cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

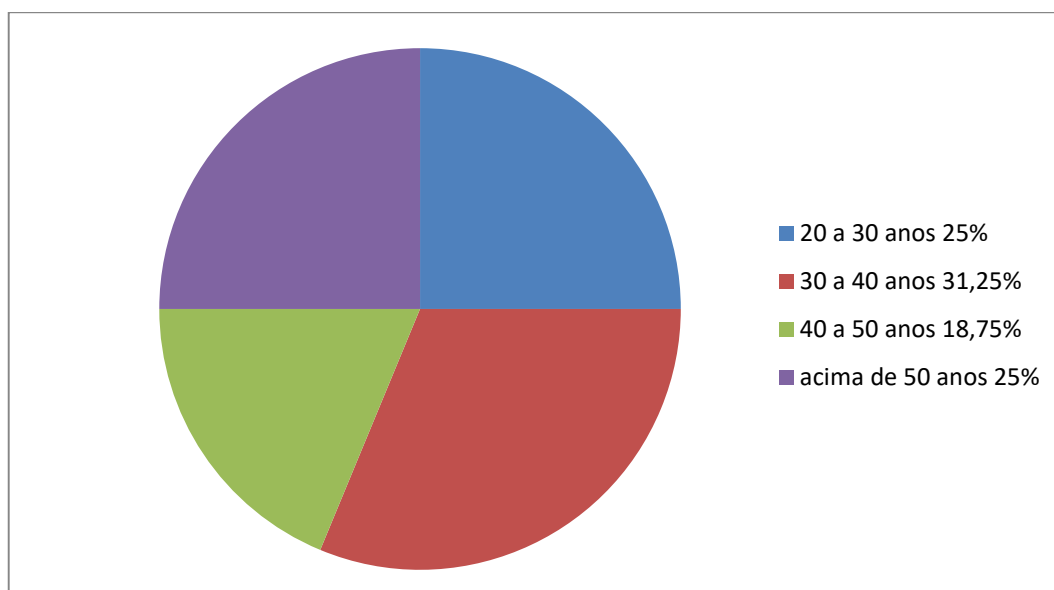
A pesquisa foi um questionário, onde as perguntas estão na íntegra conforme modelo no apêndice, esse roteiro foi respondido por professores da educação infantil e séries iniciais (primeiro ao quinto ano) do ensino fundamental. Fazem-se necessárias algumas colocações como, por exemplo, de que forma a pesquisa foi realizada, na Escola Municipal de Educação Infantil, a receptividade foi ótima, o questionário foi apresentado anteriormente à diretora da instituição que se dispôs a ajudar no que fosse necessário, assim não havendo nenhuma objeção.

A segunda escola pesquisada é uma Escola Municipal de Ensino Fundamental - Anos Iniciais, que realiza um projeto na disciplina de Artes, que trabalha a temática que a Lei 10.639/2003 traz como obrigatória, a professora responsável pela disciplina também se colocou a disposição, mostrando o trabalho que já foi realizado.

Já na Escola Estadual foram encontradas algumas resistências, o diretor não se demonstrou interessado pela pesquisa, ao contrário, a princípio não queria permitir a realização do questionário na escola, somente depois de alguns esclarecimentos onde foi apresentado o questionário que os professores iriam responder e o compromisso que os dados seriam utilizados apenas para pesquisa monográfica, foi então que ele consentiu realização das entrevistas. Em relação à receptividade dos professores, a maioria se demonstrou disposto a responder, mas o fato é que pelo desconhecimento da importância da pesquisa, alguns se recusaram.

Os gráficos a seguir ilustraram bem a situação de acordo com a pesquisa realizada.

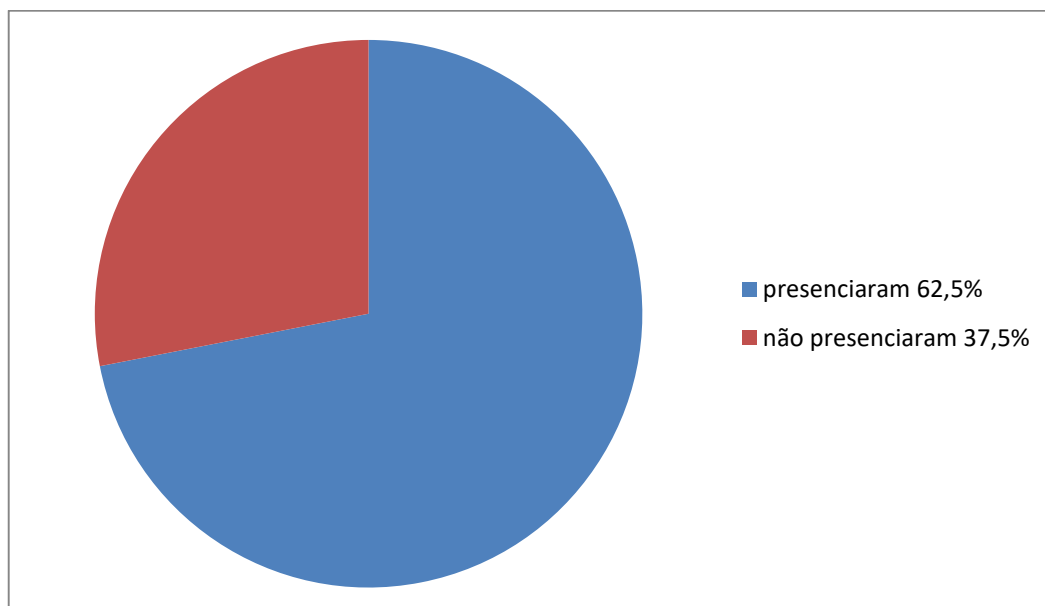
Gráfico 01: Idade dos professores



Fonte: Autora, 2023

Uma das perguntas feitas aos professores foi se durante a vida profissional já havia presenciado cenas de preconceito racial contra afro-brasileiros em sala de aula?

Gráfico 02: Preconceito racial



Fonte: Autora, 2023

A pesquisa deixou bem claro que a maior parte dos profissionais já presenciou alguma situação de preconceito racial contra afro-brasileiros em sala de aula. E dentro da porcentagem dos que não presenciaram o preconceito, são professores da educação infantil, onde a seguinte

questão foi colocada, a faixa etária das crianças da educação infantil onde a pesquisa foi realizada é de zero a quatro anos, ou seja, nessa idade a criança por si só não consegue elaborar o conceito de raça, de cor, então a criança não nasce preconceituosa, ela adquire o preconceito com experiências e vivências através dos adultos.

Outra questão que chamou a atenção foi à segunda parte da pergunta do segundo gráfico: Se a resposta for sim, qual foi a sua reação?

A maioria das pessoas que respondeu sim disse que repudiam esse tipo de comportamento, que são contra e até tentam fazer algo, mas o despreparo desses profissionais para lidar com a situação, onde apenas boa vontade não é o suficiente pra esclarecer e acabar com tal comportamento ficou evidente.

O profissional da educação deve obter conhecimentos que deixem bem claro a sua posição, não basta dizer para os alunos que não podem discriminar que esse comportamento é feio, é necessário mostrar para o aluno a importância das diversidades étnicas existente em nosso país, a importância da matriz negra na construção da nossa identidade. Conhecer bem do assunto para quando se deparar com situações como essa não dizer como um professor, Roberto (nome fictício): “Ouvi uma aluna reclamar que seu colega a chamou de negra, procurei mostrar a ela, ao ofensor e ao restante da sala que todas as raças foram criadas por Deus”. Percebe-se que o professor poderia aproveitar-se da situação e trabalhar essa questão do preconceito com os alunos, e não apenas justificar que Deus nos criou e somente por esse motivo devemos nos respeitar, é necessário trabalhar a questão do respeito ao próximo independente de raça, apontar ao aluno que realizou o ato, que ser negra não é um defeito ou um problema.

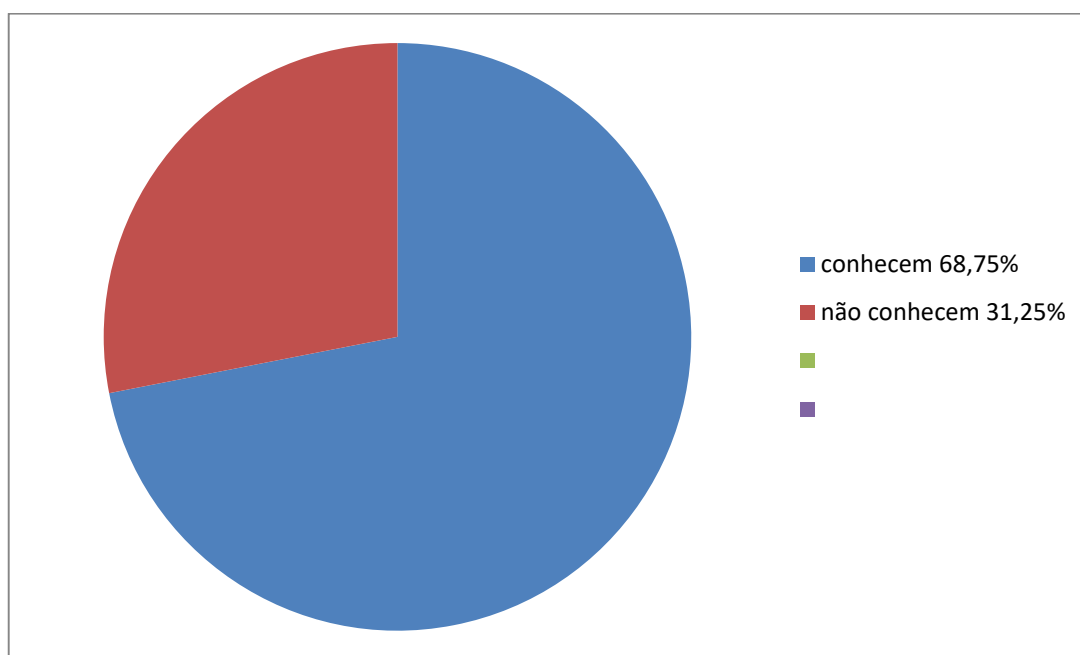
Durante o processo de pesquisa, em uma das escolas onde foi solicitado a uma das professoras para responder o questionário Ana (nome fictício) se mostrou interessada no assunto, se dispôs a responder prontamente. Ao falar do que se tratava, ela questionou sobre uma reportagem que passou no jornal nacional, então ela começou a relatar que tinha assistido uma reportagem onde uma professora universitária chamava um segurança de macaco dentre outras ofensas preconceituosas somente por ser negro. E na reportagem mostrava o segurança dando a sua versão dizendo que estava muito ofendido, que nunca tinha passado por isso, que iria processar a professora, mas que isso não pagava a noite de sono que ele havia perdido devido às ofensas, e que chorou muito. Ana, a professora, terminando de relatar o acontecido que ela vira no jornal no dia anterior disse: ”Menina, agente tem que saber o que fala, pois hoje em dia tudo é motivo para processo, agora só porque a professora o chamou de macaco precisa dessa frescura toda?”

A escola é local de aprendizado não somente curricular, de conteúdos programáticos que vão anotados em um boletim, a escola é local de formação para a vida, se a professora tem esse

tipo de pensamento, de posicionamento, se ela acha que denominar uma pessoa de macaco e julgá-lo pela cor da sua pele é normal, o que ela vai passar para seus alunos? O papel da escola é o oposto, a pedagogia da liberdade preza o aprendizado do aluno, o professor deve interferir despertar, conduzir, respeitar, mas acima de tudo educar, não basta impor, dizer que isto está certo ou errado, ser autoritária que é obedecida pelo medo, devemos sim despertar o aluno para o conhecimento para que ele possa aprender e no futuro saber se está tomando a decisão certa sem a necessidade de alguém a todo o momento lhe ditando regras. Então como podemos despertar esse conhecimento de respeito e liberdade se os conceitos são os de discriminar, diminuir menosprezar o próximo.

Uma questão que ficou em evidência, foi a seguinte, no questionário havia uma pergunta qual sua posição em relação à Lei 10.639/2003, que estabelece o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino, o resultado foi:

Gráfico 03: Lei nº 10.639/2003



Fonte: Autora 2023

O mais surpreendente não foi a parcela que não conhecia a lei 10. 639/2003, pois alguns perguntavam do que se tratava, a situação é que a maioria que respondeu que conhecia a lei não soube explicar ou até mesmo colocou respostas que não tinham a ver com a lei como a do professor Fabrício (2023), (nome fictício).

Acredito que criar o Dia da Consciência negra é positivo para mostrar que o negro é tão humano, tão inteligente e tão capaz de amar, de criar e realizar quanto qualquer etnia; uma das provas disso é a presença de um magistrado negro como relator da CPI que julga os envolvidos no mensalão, no STF.

Essa resposta foi citada somente para ilustrar a questão que os profissionais da educação desconhecem a lei 10.639, o que foi constatado, é que a maioria dos professores logo após se formarem permanece estagnados, não buscam informações, não se atualizam em relação aos acontecimentos que envolvem a educação, fato que vem mostrar o quanto necessária é a formação continuada do professor e preparação da escola, assim o Ministério da Educação (MEC, 2005, p.236) explicita que:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm de desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vividas pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhes são atribuídas nas escalas de desigualdade sociais, econômicas, educativas e políticas.

A citação acima nos elucida a questão da preparação e da vontade do professor em fazer a diferença, antes de tudo, necessário despir de qualquer sentimento de discriminação, de superioridade ou até mesmo da preposição de que o professor sabe tudo, o professor deve evidenciar a cultura negra como também todas as outras existentes, toda contribuição que os afro-brasileiros deixou e ainda trazem para o nosso país, nossa cultura, isso é algo que não pode ficar esquecido por baixo da ignorância e do preconceito de pessoas que insistem em manter aprisionadas a verdadeira história, em que os pobres, os negros, os indígenas, os excluídos foram os verdadeiros construtores do nosso país.

A pesquisa de campo foi extremamente importante para evidenciar e compararmos que o preconceito racial ainda existe no âmbito escolar, se antes no século XX, logo após a abolição da escravidão os negros eram impedidos de ter educação, hoje de certa maneira isso ainda acontece, na sala de aula os afro-brasileiros sofrem discriminações por parte dos colegas de sala, dos professores, enfim, se compararmos ao passado é evidente que muita coisa mudou, mas infelizmente o pensamento em relação ao outro, a questão da submissão, do poder ainda faz muitas vítimas, onde essas pessoas acabam por serem diminuídas por questões que ainda insistem em acontecer.

Outra questão abordada na entrevista foi a do posicionamento do professor, o que deve ser feito para combater e esclarecer os alunos em relação ao preconceito racial, a maioria dos

profissionais concordam que algo deve ser feito para mudar essa situação, alguns deram sugestões, dizendo que o tema deve ser trabalhado nas escolas, mas a maioria não soube como deve ser abordado esse tema em sala de aula, não colocaram como pode ser realizado esse processo, o que de fato o professor pode e deve fazer para esclarecer e trabalhar esse tema com os alunos.

Dessa forma, os profissionais da educação privando seus alunos de conhecimentos inerentes à formação e principalmente excluindo os alunos negros, assim o preconceito racial interfere cada vez mais na formação dos afros brasileiros, Cavalleiro (2008, p98-99) define essa situação:

No espaço escolar há toda uma linguagem nãoverbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições – formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras-, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo, assim, o conhecimento a respeito do grupo negro.

Como ao negro estão reservados, na sociedade, papel e lugar inferiores, pode-se afirmar que essa linguagem o condiciona ao fracasso, à submissão e ao medo, visto que parte das experiências vividas na escola é marcada por humilhações.

Isso leva os alunos negros a experimentarem o desejo, impossível, de tornarem-se brancos e eliminarem, assim, a cor indesejável, característica mais perceptível do estigma de sua inferioridade.

Na impossibilidade, só lhe resta desejar ser uma cópia da criança branca, que é respeitada e recebida positivamente no espaço escolar. Daí os inúmeros casos de negação de seu grupo de pertencimento.

É difícil, senão impossível, ser feliz convivendo permanentemente com esse conflito. O resultado provável é que a criança negra sofra severamente com esse problema. Torna-se, portanto, improvável que ela consiga construir uma identidade positiva.

Simultaneamente, a criança branca é levada a cristalizar um sentimento de superioridade, visto que, diariamente, recebe provas fartas dessa premissa. A escola, assim, atua na difusão do preconceito e da discriminação.

É evidente como a discriminação e o preconceito podem interferir na vida escolar da criança negra, e claro interfere por toda sua vida. Como educadores se não fizermos nada crianças vão continuar passando por situações onde ser negro é sinônimo de inferioridade, submissão, fracasso, enfim, não cabe somente à escola mudar toda e qualquer situação existente no mundo, mas cabe a escola acompanhar as mudanças existentes na sociedade e principalmente preparar cidadãos que serão capazes de viver em um ambiente onde a condição de ser negro não implicará em ser menosprezado, mas sim respeitar e ser respeitado.

CAPÍTULO III - NO ÂMBITO ESCOLAR, AS AÇÕES DO PROFESSOR QUE EVITAM A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

No primeiro capítulo foi possível ver as medidas educacionais existentes para trabalhar e evitar que preconceitos raciais aconteçam, existem várias leis, projetos, medidas, mas nada disso é válido quando não há o interesse por parte da população e principalmente por parte dos profissionais da educação. É imprescindível a participação dos professores, educadores, diretores, supervisores, enfim, toda a comunidade escolar deve estar envolvida nessa luta, o ambiente escolar deve ser favorável, com infraestrutura adequada, os profissionais devem estar capacitados e preparados para identificar e superar qualquer tipo de manifestação de preconceito. Assim a Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 (2005. p34)estabelece:

- a) o respeito aos valores culturais como princípio constitucional da educação, tanto quanto da dignidade da pessoa humana;
- b) a garantia da promoção do bem de todos, sem preconceitos;
- c) a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao racismo;
- d) a vinculação da educação com a prática social;

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (2005, p45-46) traz algumas ações que deveram ser trabalhadas na escola; ações principais para a educação infantil:

- a) Ampliar o acesso e o atendimento seguindo critérios de qualidade em EI, possibilitando maior inclusão das crianças afrodescendentes.
- b) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos das culturas Afro-brasileira e Indígena em desenvolvimento de uma educação para as relações étnicorraciais.
- c) Explicitar as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil a importância da implementação de práticas que valorizem a diversidade étnica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiências pela rede de ensino.
- d) Implementar nos Programas Nacionais do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca na Escola ações voltadas para as instituições de educação infantil, incluindo livros que possibilitem aos sistemas de ensino trabalhar com referenciais de diferentes culturas, especialmente a negra e indígena.
- e) Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem e promovam diversidade, tais como: brinquedos, jogos especialmente bonecas/os com diferentes características étnicorraciais, de gênero e portadoras de deficiência.[...]

Algumas ações para o ensino fundamental (2005 p47):

- a) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afro-brasileira e Indígena e o desenvolvimento de uma educação para relações etnicorraciais.
- b) Implementar ações, inclusive dos próprios educandos, de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem, valorizem e promovam a diversidade a fim de subsidiar práticas pedagógicas adequadas a educação para as relações etnicorraciais.
- c) Prover as bibliotecas e as salas de leitura de materiais didáticos e paradidáticos sobre a temática Etnicorracial adequados a faixa etária e à região geográfica das crianças.
- d) Incentivar e garantir a participação dos pais e responsáveis pela criança na construção do projeto e na discussão sobre a temática etnicorracial.
- e) Abordar a temática etnicorracial como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, buscando construir projetos pedagógicos que valorizem os saberes comunitários e a oralidade, como instrumentos construtores de processos de aprendizagem.[...]

Ações para o ensino médio (2005 p48-49):

- a) Ampliar a oferta e a expansão do atendimento, possibilitando maior acesso dos jovens afro-descendentes.
- b) Assegurar formação inicial e continuada aos professores desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afro-brasileira e Indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações etnicorraciais.
- c) Contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas e interdisciplinares, que possibilitem ao educando o entendimento de nossa estrutura social desigual;
- d) Implementar ações, inclusive dos próprios educandos, de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didáticos diversos que respeitem, valorizem e promovam a diversidade cultural a fim de subsidiar práticas pedagógicas adequadas a educação para as relações etnicorraciais.[...]

Principais ações para o ensino superior (2005 p50):

- a) Adotar a política de cotas raciais e outras ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros, negras e indígenas ao ensino superior;
- b) Ampliar a oferta de vagas na educação superior, possibilitando maior acesso dos jovens, em especial dos afro-descendentes, a esse nível de ensino.
- c) Fomentar o Apoio Técnico para a formação de professores e outros profissionais de ensino que atuam na escola de educação básica, considerando todos os níveis e modalidade de ensino, para a Educação das Relações Etnicorraciais ;
- d) Implementar as orientações do Parecer CNE/CP03/2004 e da resolução CNE/CP 01/2004, no que se refere a inserção da Educação das Relações Etnicorraciais e temáticas que dizem respeito aos afro-brasileiros entre as IES que oferecem cursos de licenciatura;
- e) Construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as questões relativas à Educação das Relações Etnicorraciais para todos os cursos de graduação; [...]

Para a modalidade EJA (2005 p51-52):

- a) Ampliar a cobertura de EJA em todos os sistemas de ensino e modalidades, para ampliação do acesso da população afrodescendente;
- b) Assegurar à EJA vinculação com o mundo do trabalho por meio de fomento a ações e projetos que pautem a multiplicidade do tripé espaço-tempo-concepção e o respeito à educação das relações etnicorraciais;
- c) Incluir quesito cor/raça nos diagnósticos e programas de EJA;
- d) Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem, valorizem e promovam a diversidade, a fim de subsidiar práticas pedagógicas adequadas à educação das relações etnicorraciais;
- e) Incluir na formação de educadores da EJA a temática da promoção da igualdade etnicorracial e o combate ao racismo.[...]

Munanga (2005p146-147) nos afirma a importância do envolvimento da escola e dos educadores:

Ainda encontramos muitos (as) educadores (as) que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira. E, ainda mais, essa afirmação traz de maneira implícita a ideia de que não é da competência da escola discutir sobre temáticas que fazem parte do nosso complexo processo de formação humana. Demonstra, também, a crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira. Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. “É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores”.

De mãos dadas com a lei, a realidade deve trazer para o âmbito escolar ações que levem os alunos a pensarem, questionarem e buscarem mudanças para de fato extinguir a ideia errônea de que o negro é inferior. Em uma das escolas que a pesquisa foi realizada, Escola Municipal de Educação Infantil, zona urbana da cidade de Uberlândia, uma educadora utilizou-se do lúdico para trabalhar essa temática.

Em uma das entrevistas que estava sendo realizada na Escola Municipal de Educação Infantil, uma “boneca preta” chamou a atenção, ela estava enfeitando a sala, que atende crianças de três a quatro anos (GIII), então a professora foi questionada se ela havia comprado a boneca ou mandado fazer, algo do tipo, foi então que houve a surpresa, em um dia de história na sala, ela

levou o livro A Bonequinha Preta de Alaíde Lisboa, "contamos então a história para os meninos" disse a professora, gostaram muito, foi então que a educadora teve a ideia de confeccionar a Bonequinha Preta juntamente com as crianças.

A educadora comprou o material necessário para a confecção da bonequinha, "foi lindo a participação das crianças, o envolvimento", a bonequinha foi toda feita na sala de aula com a ajuda das crianças. Assim que a boneca ficou pronta surgiu outra ideia, vamos fazer uma dramatização da história para a escola toda, além da apresentação foi trabalhado também na sala de aula a identidade, de como nós somos, as diferenças existentes e o respeito que devemos ter para com essas diferenças, "agora ela é a mascote da turma" disse a educadora empolgada com o feito.



Foto 1: Autora, 2023.



Foto 2: Autora, 2023

As fotos foram tiradas no dia 05 (cinco) de outubro de 2023 (dois mil e vinte três), na Escola Municipal de Educação Infantil, zona urbana rede pública da cidade de Uberlândia. São ações como essas que necessitamos para trabalhar as diferenças étnicas existentes em nossa sociedade, valorizar cada criança que está na sala de aula. C.A., integrante da Diretoria de Assuntos Afro-Raciais da cidade de Uberlândia, afirma que somente a educação pode mudar esse quadro:

Educação, somente a educação poderá mudar essa situação, é verdade que nós já conseguimos mudar muita coisa, mas infelizmente ainda falta muito para nos tornarmos verdadeiramente “iguais” como a constituição prega. Mas como eu dizia, a educação é a única maneira para modificar essa situação, pois o preconceito racial é uma questão cultural e enraizada, é aí que a educação entra para poder desfazer esse mito que foi construído e mantido durante décadas. Só depois é que então poderemos reconstruir esse mito de que o negro é inferior ou diferente dos ditos brancos (Entrevista, 2023).

O depoimento de C.A. deixa bem claro qual o caminho que deve ser tomado, a educação é imprescindível para mudarmos tal situação, devemos esclarecer para desmitificarmos essa questão em que os negros são inferiores, devemos respeitar o direito de ser diferente. Lopes (2005, p187) afirma sobre a questão:

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais.

Outra visita realizada foi a uma Escola da Rede Pública Municipal de Uberlândia, zona urbana, escola essa que atende o ensino fundamental, onde existe um projeto realizado pelos professores de educação artística, o ponto de partida é a Lei 10.639, que traz a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino, “essa temática vem sendo discutida durante todo o ano”, disse uma das professoras que atua no projeto, o trabalho aqui apresentado foi à construção de máscaras africana pelos alunos e desenhos de mulheres negras, onde eles tiveram que construir o cabelo delas, “a intenção é mostrar a diversidade, a beleza e acima de tudo o respeito”, relato de um professor participante do projeto.

Construção das máscaras:

Foto 3: Professora de Educação Artística 2023



Foto 4: Professora de Educação Artística 2023



Foto 5: Professora de Educação Artística 2023



Todas essas ações vêm de encontro ao aprimoramento do processo de reflexão de professores e alunos, buscando a construção de novos paradigmas educacionais. Buscando

trabalhar a questão do preconceito racial aliado ao pedagógico MEC (2005, p70-71) aponta questões básicas a serem trabalhadas em sala de aula:

a) A questão racial como conteúdo multidisciplinar durante o ano letivo

É fundamental fazer com que o assunto não seja reduzido a estudos esporádicos ou unidades didáticas isoladas. Quando se dedica, apenas, tempo específico para tratar a questão ou direcioná-la para uma disciplina, corre-se o risco de considerá-la uma questão exótica a ser estudada, sem relação com a realidade vivida. A questão racial pode ser um tema tratado em todas as propostas de trabalho, projetos e unidades de estudo ao longo do ano letivo.

b) Reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro

Ao estudar a cultura afro-brasileira, atentar para visualizá-la com consciência e dignidade. Recomenda-se enfatizar suas contribuições sociais, econômicas, culturais, políticas, intelectuais, experiências, estratégias e valores. Banalizar a cultura negra, estudando tão somente aspectos relativos a seus costumes, alimentação, vestimenta ou rituais festivos sem contextualizá-la, é um procedimento a ser evitado.

c) Abordar as situações de diversidade étnico-racial e a vida cotidiana nas salas de aula

Tratar as questões raciais no ambiente escolar de forma simplificada em algumas áreas, ou em uma disciplina, etapa determinada ou dia escolhido, não é a melhor estratégia para levar os alunos e alunas aos posicionamentos de ação reflexiva e crítica da realidade em que estão inseridos. Na contextualização das situações, eles aprenderão conceitos, analisarão fatos e poderão se capacitar para intervir na sua realidade para transformá-la. [...]

d) Combater as posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro

[...] Nessa perspectiva, o saber científico aliado ao fazer pedagógico pode valorizar bastante a fomentação de uma problematização das práticas sociais para sensibilização de um olhar mais crítico diante da realidade, apontando para uma proposta que redefina prioridades e utilize a contribuição de todos os povos no desenvolvimento curricular.

e) Incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e cultura do povo negro.

Esta história, bem como a dos outros grupos sociais oprimidos e toda a trajetória de luta, opressão e marginalização sofrida por eles, deverá constar como conteúdo escolar. Os (as) estudantes compreenderão melhor os porquês das condições de vida dessas populações e a correlação entre estas e o racismo presente em nossa sociedade. [...]

Nossa sociedade deve conhecer realmente o que aconteceu com os negros, desde sua vinda para o Brasil, todo o processo de escravidão e martírios sofridos, para respeitar esse povo tão sofrido e tão batalhador que ajudou a construir esse país, que apesar de todas as dificuldades existentes em seu caminho, sempre lutou por igualdade, nada além do que igualdade.

Exposição das máscaras:



Foto 6: Professora de Educação Artística 2023

Foto 7: Professora de Educação Artística 2023.





Foto 8: Professora de Educação Artística 2023



Foto 9: Professora de Educação Artística 2023

Desse modo, percebemos que existem várias maneiras de se trabalhar essa temática, e uma delas é através da arte e da cultura, outra forma foi apresentada por Brasileiro (2009p, 03), que criou um trabalho didático-pedagógico que faz parte de um projeto que visa à difusão da cultura afro-brasileira, que tem o objetivo de contribuir para implementação da lei 10639/2003:

O estudo das Congadas por meio da Matemática, Português, Literatura, Artes, Geografia, História e Ensino Religioso é didaticamente possível de ser feito em salas de aula e a nossa opção por essa temática se deve ao fato de que, no Estado de Minas Gerais, as Congadas possuem uma enorme representatividade e estão inseridas em mais de três centenas de municípios mineiros.

Nossa proposta, no entanto, é de provocação. Esse livro foi publicado para despertar outras possibilidades no ambiente escolar, pois acreditamos que esse tema abrange uma diversidade de olhares e de conceitos e o nosso texto é apenas mais uma tentativa de explorar o assunto, uma vez que já obtemos resultados práticos com a sua aplicação e é justamente por isso a nossa intenção de socializarmos essa experiência com o a maioria de educadores possíveis.

Com a congada o autor abre uma enorme possibilidade a ser levada a sala de aula, esse tema pode ser trabalhado interdisciplinarmente, permeando por todas as matérias do currículo. Como por exemplo, trabalhar em geografia, o material sobre os ternos de congadas, como fotos, textos, gravuras, em história poderá ser realizado uma pesquisa sobre a congada em sua cidade, origem, a influência, enfim, a linha a ser trabalhada é a de mostrar a rica cultura que os afros deixaram para nós, através de seus cantos, danças, crenças, comidas e uma variedade enorme que hoje faz parte da nossa cultura.

As fotos a seguir foram tiradas na festa de congada de Uberlândia, que é realizada no mês de outubro, rica manifestação cultural, herança deixada pelos escravos e que foi registrada como *Patrimônio Imaterial Municipal* pelo Decreto nº 11.321.



Foto 10: Autora, 2023



Foto 11: Autora, 2023



Foto 12: Autora, 2023

No âmbito escolar deve haver espaço para as diversas culturas, etnias, artes, não se esquecendo de que o nosso país foi e é formado por diversas matrizes, e negar esse elo seria negar nossa história, nossa cultura. A escola não se resume a salas, muros, cadeiras, mas principalmente, as pessoas que lá existem, alunos e profissionais.

Em relação aos profissionais, fica claro que o amor, a dedicação a essa profissão são elementos fundamentais para se construir um educador de fato, transmitir conhecimento é algo onde se exige doação, para transformar essa realidade que ainda condena as pessoas pelo simples fato de serem negras, é necessário a preparação, conhecer, buscar, então os profissionais não podem ficar de braços cruzados vendo esse tipo de preconceito continuar a ser disseminado.

Vale ressaltar que mesmo o professor sendo ponto precioso para toda essa transformação não devemos achar que são super-heróis que devem fazer tudo a todo custo. Nossos educadores são sobre carregados com muitos problemas estruturais na educação como a defasagem de salários, questões físicas das escolas que impossibilitam outras abordagens de ensino, problemas de sobre carga, saúde mental no âmbito escolar entre tantos outros.

Nesse capítulo mostramos ações de professores que estão buscando levar a cultura negra a escola e a sociedade, ficaram evidente as várias formas existentes de se trabalhar essa temática em sala de aula, cabe aos profissionais da educação buscar formas de levar o conhecimento, pois somente através da educação é que todos serão capazes de se respeitarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o assunto abordado, percebemos que esse tema ainda é uma ferida aberta na sociedade, desde a colonização do nosso país até os dias atuais, percebemos que o preconceito racial ainda é fato presente na vida dos afro-brasileiros.

Nessa trajetória de pesquisa e construção deste trabalho foi possível a reflexão sobre a questão do preconceito racial na educação, tudo o que os negros passaram e ainda passam para conseguirem respeito e igualdade.

Pudemos analisar as medidas educacionais que estão sendo realizadas mediante o preconceito racial contra o afro-brasileiro, onde existem leis que apoiam essa luta por igualdade, mas a realidade é que ainda prevalece o desconhecimento em relação ao direito conquistado e a luta que ainda é travada pelos movimentos negros em busca de colocar essas conquistas em prática.

Com a lei 10.639/2003 foi instituído a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira, essa é uma lei que reconhece que a escola é um lugar de formação de cidadãos, que devem conhecer a rica história de uma das matrizes que ajudou formar o povo que hoje conhecemos e que é reconhecido como um dos mais belos povos do mundo. A vida escolar dessas crianças que passam por tal discriminação pode afetá-las, trazendo grandes consequências em sua vida acadêmica, pessoal e social, pois, a própria história explica o porquê o negro ter sido jogado à margem da sociedade, ser excluído de oportunidades de educação, moradia, o mínimo de dignidade que se deve tratar um ser humano.

Se a escola é local de cidadania, porque ainda existe o preconceito racial? Foram perguntas como essas que nos levaram a uma pesquisa de campo, e constatamos que a falta de conhecimento ainda impera, os profissionais da educação ainda tem enraizado em sua cultura, fatos que não foram esclarecidos, ou que até mesmo foram omitidos durante toda sua vida no processo ensino-aprendizagem que ele vivenciou. Os livros didáticos são um exemplo clássico dessa formação equivocada, durante muito tempo foi disseminada nos bancos escolares, era visto apenas heróis brancos, cheios de poder, que lutava para defender a pátria, os fracos e necessitados.

Nunca foi visto um negro como herói, que defendia seus interesses, que lutava por igualdade, o negro era visto apenas como escravo, depois entrou pela porta do fundo e se instalou na cozinha, no jardim, e no máximo, como motorista. Fato esse que já cultivava essa cultura que o negro é inferior, incapaz de realizar trabalhos que não sejam braçais.

O professor deve antes de tudo se informar, buscar conhecer a história de luta e vida dos afro-brasileiros, para aprender a respeitar uma cultura rica, aprender a respeitar as diversas etnias existentes nesse país.

Durante a pesquisa realizada nas escolas foi possível perceber que existem professores preparados e prontos a ensinarem os seus alunos o respeito, independente da cor, raça ou religião, mas infelizmente também há o outro lado da moeda, o despreparo, e ainda pior a falta de interesse para com conhecimentos que são inerentes para a constituição do caráter dos alunos que reproduziram o que o mestre lhes passar.

Ainda é presente o preconceito racial na educação, o processo de construção desse trabalho trouxe a tona o que muitos acreditavam não mais existir, professores que relataram terem visto cenas de preconceito contra afro-brasileiros afirmaram que ainda há profissionais da educação que ainda praticam a segregação, que o tom da pele é determinante para o tratamento das crianças.

A questão do preconceito racial deve ser um tema transversal, que permeia por toda e qualquer disciplina, buscando não apenas demonstrar o valor que o ser humano deve receber, mas também provocar o aluno levá-lo a pensar a se tornar uma pessoa crítica capaz de conduzir sua vida de forma pensante, não como pessoas que aprendem da mesma forma, pensam iguais, se vestem do mesmo jeito. O professor é responsável por levar essa oportunidade aos seus alunos, de serem apresentados ao conhecimento, pois somente através dele é que a pessoa se transforma e transforma o mundo onde vive.

Sendo assim, introduzir leis que exijam o trabalho desse tema nos currículos não é o suficiente, claro que é importante e imprescindível para novas mudanças, mas é necessária uma reflexão da situação atual na educação, para que se faça necessário uma mudança, mas não apenas nas leis, nos códigos penais, mas também uma mudança interna, onde o respeito ao ser humano prevaleça, buscando conhecer para depois formar opiniões.

É fato que durante séculos de história aqui no Brasil, os afro-brasileiros conquistaram muito, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido. A discussão desse tema é de grande importância para o discernimento de ideias que ainda prevalecem na sociedade. Acreditamos que a educação é a chave para abrir a porta da sabedoria, do conhecimento e do respeito, e se lutamos por uma educação igualitária e de qualidade, não podemos ficar calados diante situações que desrespeitam e ferem a integridade de uma pessoa.

Enfim, o professor é uma pessoa que tem a oportunidade nas mãos, chance essa que não podemos deixar escapar. A quantas crianças ajudamos a escrever, desenhar, brincar, a ler? Mas, também devemos nos lembrar das crianças que ajudaremos a formar como cidadãos, que estarão

inseridas em uma sociedade que queremos mudar. Jamais devemos nos calar a situações que vão contra o nosso propósito: o de educar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (orgs.). Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

FRANTZ FANON et al. Pele negra máscaras brancas. Salvador: Editora Da Universidade Federal Da Bahia, 2008.

ANDRÉ, Marli Eliza D. Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Papirus: Campinas, 1995.

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; OLIVEIRA, Iolanda de; OLIVEIRA, Rachel; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (orgs.). Negro e educação 4: linguagens, resistências e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa; ANPED, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 525 p.

ALVES, C.B. SANCEVERO, M.S. SILVA, M.C. Abordagem histórica das políticas públicas da educação da criança negra. Uberlândia, Outubro, 2008. Disponível em [www.http://catolicaonline.com.br/portal/-consultado](http://catolicaonline.com.br/portal/-consultado)

FRANTZ FANON. Os Condenados da Terra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

YI, A. História Geral da África – Vol. VI – África do século XIX à década de 1880. [s.l.] UNESCO, 2010.

BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: Ministério ad Educação /Secretaria de Educação Continuada / Alfabetização e Diversidade, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. <http://www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf> .

BRASILEIRO, Jeremias. Cultura Afro-Brasileira na Escola: O Congado em Sala de Aula. 2. Ed. Uberlândia: Editora Aline, 2009.

CARVALHO, Marília. Quem é negro, quem é branco: Desempenho Escolar e Classificação de alunos. In: Revista Brasileira de Educação, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Jan-Abr, n. 28. São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 5ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 1/2004, de 17 de junho de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

Construindo um futuro comum: educando para a integração na diversidade / editado por Jack Campbell; tradução de Patrícia Zimbres. – Brasília : UNESCO, 2002.264p.

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS -CNTE. 20 de Novembro: Dia Nacional da Consciência Negra- Material para trabalhar a cultura afro-descendente nas escolas.

GARCIA, Renísia Cristina. Identidade fragmentada – um estudo sobre a história do negro na educação brasileira. Brasília: INEP, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Preconceito racial: Modos, Temas e Tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento Negro e Educação. In: Revista Brasileira de Educação, p. 134-158, nº 15, Editora Anped, set/out/nov/dez, 2000.

GOMES, Nilma. Cultura Negra e Educação. Revista Brasileira de Educação, 2003 – SCIELO Brasil. Disponível em: <HTTP://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>. Consultado dia: 29 de setembro de 2012.

JR. SILVA, Hédio. Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002. 96p.

LEI DO VENTRE LIVRE, nº2040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-do-ventre-livre/> Consultado em: 14 de outubro de 2012.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na Escola*. (Org.) 2ª. ed. Brasília: MEC, 2005.

MUNANGA, Kabengele. (org.) *Superando o Racismo na Escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, José Reinaldo. Educação e racismo: conhecendo as contradições do passado para construir a escola do futuro, 2008.

PÁDUA, Karla Cunha. Educação Intercultural. In: Revista Presença Pedagógica, p. 58-61, vol. 15, nº 87, Editora Dimensão, Maio-Junho, 2009.

PERON, Cristina Mary Ribeiro; PAULA, Benjamim Xavier de. (orgs.) Educação, História e Cultura da África e Afro-Brasileira – teoria e experiências. Uberlândia: PROEX/UFU, 2008.

PINTO, Regina Pahim; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (orgs.) Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro. São Paulo: AÇÃO EDUCATIVA AMPED, 2001.

ROMÃO, Jeruse (org.) História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, G. C. *O Ensino da História e Cultura afro-brasileira no Ensino Fundamental*: currículos, formação e prática docente. Tese (doutorado). Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFU, 2011.

SILVA, Silvio José Albuquerque e. As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 292p.

SILVA, Silvio José Albuquerque e. Combate ao Racismo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 368p.

SOUZA, Kelly Cristina Cândida de. Cor da Pele: diálogos na sala de aula. In: Revista Presença Pedagógica, p. 12-15, vol. 18, nº 106, Editora Dimensão, Julho-Agosto, 2012.

HOOKS, BELL. Olhares negros. [s.l.] Editora Elefante, 2019.

OLIVEIRA, Eliana de. Identidade, Intolerância e as Diferenças No Espaço Escolar. Revista Espaço Acadêmico, 2001-ano 1-nº7-Dezembro. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/007/07oliveira.htm> Consultado em: 02 de novembro de 2012.

Sites consultados:

LDB, Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/> Consultado em: 21 de setembro de 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES SBN Q.02 – Ed. Central Brasília – 1º Subsolo Brasília-DF CEP 70040-904 Tel: 226-7613/ 225-0874/ 224-2149 Fax: 225-0252/ 225-0382 E-mail: palmares@poliedro.com.br Internet: <http://>

Entrevistas:

G.S. Entrevista concedida para a pesquisa. Uberlândia, 2023.

C.S. Entrevista para a pesquisa. Uberlândia, 2023.

APÊNDICES



ROTEIRO DE QUESTÕES A SEREM RESPONDIDAS EM ENTREVISTAS COM PROFESSORES

Prezado (a) Senhor (a):

Sou aluna do 10º Período do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia e este estudo faz parte do meu trabalho de conclusão de curso intitulado: **“O Preconceito Racial na Educação”**. Gostaria de pedir sua colaboração respondendo ao questionário que segue abaixo que tem como objetivo verificar sua opinião sobre a temática. Por gentileza responda com objetividade, sinceridade e para não deixar nenhuma resposta em branco. Ressaltamos que suas respostas serão utilizadas somente para fins de pesquisa acadêmica, sua identidade será mantida em absoluto sigilo. Contamos com sua compreensão e apoio.

Adriassiane Chaves Batista (orientanda)

I – Dados Pessoais:

1 - Idade: _____ anos.

2 - Sexo

() Feminino

() Masculino

II – Dados Profissionais:

1 – Série que atua: _____

2 – Instituição em que trabalha:

() Pública

() Particular

() Não governamental

() Outras. Qual? _____

3 – Turnos(s) que trabalha:

() Manhã

() Tarde

4 – Durante sua vida profissional, você já presenciou cenas de preconceito racial contra afro-brasileiros em sala de aula? Se a resposta for sim, qual foi a sua reação?

5- Você trabalha essa temática com seus alunos?De que forma?

6 – Qual sua posição em relação a Lei 10.639/2003?

7 – Como professor, o que você acha que deve ser feito para combater e esclarecer os alunos em relação ao preconceito racial?

ENTREVISTA Nº1

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL “TIA LIA”

RELATO DE UM PROFESSOR DO 1º PERÍODO

Profª: G.S.

M.C., uma criança negra de quatro anos e meio iniciou no C.E.I TIA LIA no mês de agosto de 2010 na sala do 1º período. Observei que a criança não tinha interação com os demais, ficava sempre isolada nos cantos, não gostava de participar das atividades propostas. Passei a buscar o porquê das atitudes da garota. Sempre tirava um tempo para conversar, mas M.C resistia e se trancava. Resolvi na roda de conversa, apresentar novamente a menina para a sala; foi então que percebi risos, caras e bocas (rejeição) e ouvi alguém comentando com outro coleguinha: “ela é preta, feia e fedida”; e nós não gostamos dela.

Era preciso urgência. Coloquei em prática atividades permanente para tentar amenizar preconceitos, rótulos, discriminação; porque desde muito cedo, infelizmente as crianças entram em contato com esses discursos negativos. Para que eles aprendessem a lidar com a diferença seria necessário familiarizar com a diversidade. Procurei trabalhar o tema de maneira bem natural usando materiais didáticos que valorizassem as diferentes raças e que estimulassem o respeito à diversidade: meninos e meninas em posição de igualdade, instrumentos musicais de diversas culturas (tambor, pandeiro, pianinho...), bonecas de pano diversificadas - eu mesma confeccionei (negro-branca).

As atividades aconteciam sempre em círculos com contação de histórias que tratavam da diversidade, valorização das origens e autoestima. Logo após as crianças comentavam e nesse momento eu aproveitava para um debate bem sucinto dos conflitos gerados por preconceito. Todos os dias eu apresentava as bonecas branco-negras (cada uma recebeu um nome) para a turma que foi aos poucos criando laços e tendo carinho pelas bonecas/bonecos. Combinamos que a cada semana um grupo de crianças ficaria responsável para levar uma boneca para sua casa, cuidar e mostrar para pais/amiguinhos, e trazê-la para assim ir fazendo um revezamento (eles amaram a ideia), todos queriam levar as bonecas (os) negras (os). Sempre nas rodas de conversas eu aproveitava para falar dos cabelos (um dos problemas enfrentados pelas crianças negras) e pedia para mexerem nos cabelos (principalmente de M.C a- que agora até já conseguia sorrir) e trocar carinho como forma de cuidar e romper barreiras de preconceitos aprendendo que não existe cabelo ruim, só estilos diferentes.

Foi muito gratificante trabalhar a diversidade cultural na sala do 1º período; as crianças aprenderam que todos são iguais com direitos e deveres independente de raça, religião, posição social etc.; e contribuíram para o bem estar de M.C.

ENTREVISTA Nº2

Diafro- Diretoria De Assuntos Afro-Raciais-Fundado em 1994

Endereço: Secretaria Cultural, 2º Bloco 3º Piso, Prefeitura Municipal de Uberlândia

Presidente: C.S.

1)Em sua opinião, o que falta para a sociedade tirar o véu do preconceito racial?

-Educação, somente a educação poderá mudar essa situação, é verdade que nós já conseguimos mudar muita coisa, mas infelizmente ainda falta muito para nos tornarmos verdadeiramente “iguais” como a constituição prega. Mas como eu dizia, a educação é a única maneira para modificar essa situação, pois o preconceito racial é uma questão cultural e enraizada, é aí que a educação entra para poder desfazer esse mito que foi construído e mantido durante décadas. “Só depois é que então poderemos reconstruir esse mito de que o negro é inferior ou diferente dos ditos brancos.”

2)O que você pensa sobre a mídia, você acha que ela influencia de alguma forma?

-“Sem dúvidas, infelizmente a mídia influencia de forma negativa, houve um avanço, graças às lutas que travamos, mas vejo que falta muito, a mídia, e principalmente a Globo, que fique claro que não tenho nada contra a emissora, mas o que vejo é uma emissora que não mostra o povo brasileiro de verdade, mostra uma beleza padronizada, pessoas magras, loiras de olhos azuis, e o nosso povo não é assim, somos uma mistura e uma bela mistura”.

3) A Diafro ajuda de alguma forma os ternos de congado?

-“Sim, nós somos parceiros, nos unimos para expandir a ideia antirracismo, o prefeito apoia essa ideia, mas é necessário que a sociedade “receba” a proposta e mude esse modo de ver o negro, a ONG que o Terno Moçambique Estrela Guia preside, por exemplo, recebe ajuda que vem da Lei De Incentivo Municipal e Estadual. É importante esse tipo de trabalho que vocês estão fazendo, pois é uma forma de transmitirmos a nossa proposta, enquanto estou conversando com você estou passando a ideia que queremos que seja passada para várias pessoas”.